

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO
COPED/2026**
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



BIOPOLÍTICA DA PERMANÊNCIA E AS RUGOSIDADES DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA NO SEMIÁRIDO MINEIRO

Me. Girarde Aleixo Gonçalves Mendes
Universidade Estadual de Minas Gerais– UEMG
girarde.mendes@educacao.mg.gov.br

Prof. Dr. Fernando Luiz Zanetti
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
fernando.zanetti@uemg.br

Prof. Dr. Laurici Vagner Gomes
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
laurici.gomes@uemg.br

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimilino
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
jrjardilino@gmail.com

Eixo 6: Políticas Públicas e Gestão da Educação

Resumo

Fundamentado no conceito de território usado de Milton Santos, argumenta-se que a eficácia da política educacional não reside apenas em sua formulação central - Contexto da Produção do Texto - mas em sua interpretação e tradução no Contexto da Prática. A metodologia aborda qualitativamente a sazonalidade da cafeicultura e o fenômeno migratório do "vai e vem" como rugosidades territoriais que colidem com a exigência de frequência escolar ininterrupta. Fundamentada sob a ótica de Michael Lipsky, examina-se o papel dos burocratas de nível de rua, diretores e professores, que, ao lidarem com as incertezas e pressões do cotidiano escolar, tornam-se os verdadeiros executores da política pública ao decidirem como processar as ausências justificadas pela sobrevivência econômica. Este artigo evidencia como o programa Pé-de-Meia converge para a negligência das particularidades locais em favor de uma exclusão baseada em métricas digitais (dataficação). Em oposição, observa-se que a discricionariedade dos burocratas de nível de rua atua como um mecanismo de salvaguarda e resistência territorial.

Palavras-chave: Território Usado; Ciclo de Políticas; Burocracia de Nível de Rua; Programa Pé-de-Meia; Norte de Minas.

Introdução

A crise da evasão escolar no Ensino Médio brasileiro não se apresenta como um fenômeno isolado ou meramente educacional, mas como a manifestação material de uma "crise de futuro" para a juventude das periferias geográficas e sociais. No contexto do Semiárido do



Norte de Minas Gerais¹, essa problemática adquire contornos de uma interdição histórica. Conforme aponta Milton Santos (2006), o território deve ser lido como um "território usado", onde os objetos (infraestrutura escolar, redes de transporte) e as ações (trabalho sazonal, migração, resistência cultural) formam um sistema indissociável. Há, em cada momento, uma relação entre o valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Admitir a existência do espaço, portanto, não é incorrer em "geodeterminismo", mas reconhecer que o valor do espaço não é independente das ações que ele é suscetível de acolher (Santos, 2006, p. 56).

A partir dessa premissa, compreende-se que os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos — verdadeiras "situações" — que dependem da organização técnica e política para a sua duração e amplitude no território. Nesse sentido, a implementação de políticas educacionais de caráter nacional e padronizado enfrenta, no Brasil, o desafio das profundas heterogeneidade socioeconômicas como direitos socioespaciais. O Programa Pé-de-Meia (Lei nº 14.818/2024² surge como uma resposta estatal de viés financeiro à evasão, partindo da premissa de que o suporte pecuniário seria o vetor determinante para garantir a permanência do jovem na escola. Todavia, ao ser projetado para o Semiárido Mineiro, esse dispositivo encontra as "rugosidades" — heranças do passado e condições geográficas que condicionam o presente e resistem à homogeneização da norma. Surge, portanto, a necessidade de avaliar esta política sob a ótica da Justiça Espacial, observando como o valor da ação estatal é ressignificado pelo valor do lugar.

A escolha do Semiárido Mineiro como recorte empírico justifica-se por ser um território que sintetiza as contradições do desenvolvimento brasileiro. É um espaço onde as taxas de evasão são historicamente tensionadas por fatores climáticos, econômicos e, fundamentalmente, raciais. No Semiárido, a pobreza tem cor, e a exclusão escolar atinge

¹ O Semiárido e o Cerrado mineiro formam uma zona de transição crítica, marcada por solos arenosos e chuvas irregulares. De acordo com o SGB (2024) e Cruz *et al.* (2010), a região integra o polígono das secas, onde o avanço da desertificação reconfigura o território e ameaça a economia de subsistência local.

² A Lei nº 14.818/2024 institui o Programa Pé-de-Meia, vinculando o incentivo financeiro à frequência, aprovação e participação no ENEM, o que permite analisá-lo como dispositivo de governamentalidade sobre a juventude escolar vulnerável.



majoritariamente a juventude negra e comunidades quilombolas (Nunes, 2018). Avaliar o programa sob este prisma é fundamental para verificar se ele atua como reparação histórica ou se reitera a branquitude institucional ao ignorar as especificidades étnico-raciais e a "escassez de fluidez" do território.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa fundamenta-se pela originalidade em articular a Geografia Crítica de Milton Santos (2005; 2006) aos conceitos de biopolítica, governamentalidade e vida nua, a partir de Michel Foucault e Giorgio Agamben. Esta tríade permite compreender o Programa Pé-de-Meia não apenas como transferência de renda, mas como uma tecnologia de poder voltada para a gestão e normalização da juventude vulnerável. No entanto, essa gestão da população enfrenta um paradoxo territorial: embora a frequência escolar seja um ato físico, sua conversão em direito financeiro é estritamente digital. Cria-se, assim, uma dependência da "presença dataficação"³, onde o esforço do aluno e o trabalho do professor (burocrata de nível de rua) dependem da fluidez de sistemas de informação muitas vezes inexistentes. No Semiárido Mineiro, a falta de conectividade digital atua como mecanismo de exclusão nas "zonas de silêncio", criando um "limbo burocrático" que revela que a eficácia da política não depende apenas do incentivo pecuniário, mas da superação das carências estruturais. Dados indicam que a contribuição financeira de jovens que trabalham para a renda domiciliar per capita varia entre R\$ 230,32 e R\$ 347,23 (Figueiredo; Mariano; Benevides, 2025), o que tensiona a eficácia do auxílio estatal frente ao custo de oportunidade do trabalho.

Diante deste cenário, vinculado ao compromisso da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) com o desenvolvimento regional e inspirado pelas Utopias Heiberlianas⁴, o problema que norteia esta investigação consiste em questionar: Em que medida as rugosidades territoriais e as dinâmicas socioeconômicas do Semiárido Mineiro tensionam o dispositivo biopolítico do Programa Pé-de-Meia, e como a atuação discricionária dos gestores escolares reinterpreta essa política para garantir a permanência real do estudante?

³ Presença dataficação: Termo proposto pelo autor para designar o processo de conversão da frequência física do estudante em dados processáveis pelos sistemas de monitoramento estatais, condição essencial para a efetivação dos pagamentos do Programa Pé-de-Meia.

⁴ Expressão relacionada à temática do XVII COPED, em homenagem ao Prof. Heiberle Hirsicberg Horácio, associada à escola como espaço de resistência e emancipação.



Nesse sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira as rugosidades territoriais do Semiárido Mineiro tensionam a implementação do Programa Pé-de-Meia. Para tal, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar se o valor do incentivo é compatível com o custo de oportunidade do jovem frente à economia sazonal;
- Identificar como a exigência de conectividade digital atua como mecanismo de exclusão nas "zonas de silêncio";
- Analisar a atuação discricionária dos gestores como ponto de inflexão entre a norma biopolítica e a realidade territorial.

A pesquisa oferece um diagnóstico crítico que auxilie na reconfiguração de políticas educacionais, defendendo que a permanência escolar exige o reconhecimento do direito ao território e à dignidade infraestrutural. No horizonte desta pesquisa, está a defesa de que a permanência exige o enfrentamento das causas da exclusão, e não apenas o paliativo das suas consequências financeiras.

Propõe-se, assim, que a permanência escolar no Semiárido Mineiro exige uma 'Justiça Espacial', onde a política pública reconheça a mobilidade humana e a sazonalidade produtiva como direitos, e não como infrações ao sistema de dados.

O Território Usado e as Rugosidades do Semiárido (Milton Santos)

Para compreender o impacto do Programa Pé-de-Meia no Norte de Minas Gerais, é imperativo transcender a visão do espaço como um receptáculo passivo de políticas públicas. Sob a lente de Milton Santos, analisa-se o "território usado", categoria que funde o suporte material à identidade coletiva. Para Santos (2005), o território usado é o abrigo da existência; nele, a identidade manifesta-se como o sentimento de pertencimento ao quadro de vida comum, resistindo às alienações de um mundo globalizado que tenta homogeneizar os lugares.

Nesta perspectiva, o território do Semiárido Mineiro apresenta-se saturado de rugosidades — entendidas como o que sobra do passado como forma, paisagem e herança sociodemográfica. No contexto da educação regional, essas rugosidades manifestam-se em três dimensões críticas que tensionam a implementação da Lei nº 14.818/2024:



- A Rugosidade do Tempo Sazonal: Enquanto a norma federal pressupõe um tempo linear de frequência escolar, o território usado do Semiárido impõe o tempo cíclico das colheitas e do trabalho familiar. Esse "tempo de vida" histórico resiste à "técnica" do programa, gerando um conflito entre a sobrevivência imediata e a norma burocrática.
- O "Apartheid" Digital como Rugosidade Técnica: A infraestrutura precária de conectividade no Norte de Minas funciona como uma rugosidade física. O programa, ao exigir o uso de aplicativos e registros digitais, choca-se com um território marcado pela "escassez de fluidez", onde a técnica não chegou de forma homogênea.
- Solidariedades Horizontais vs. Verticalidades: O programa impõe uma "verticalidade" técnica — uma ordem que emana do centro de poder para instituir um *homo economicus* que gere a própria vida como capital (Foucault, 2008). Em contrapartida, o território manifesta "horizontalidades" — redes de apoio e solidariedade sertaneja que resistem à lógica individualizante e cujas métricas de existência ignoram a contabilidade estatal.

A necessidade de uma análise que considere essas múltiplas camadas é reforçada pela definição fundamental de espaço proposta por Santos:

Considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, assim como estamos propondo, permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos (Santos, 2005, p. 40)

Ao considerar que o território é o lugar onde a vida se realiza, compreende-se que existe uma relação indissociável entre o valor da ação estatal e o valor do lugar onde ela incide. Sem essa simbiose, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e de troca, tornando-se indiferentes ao movimento da história (Santos, 2005).

A análise proposta sugere, portanto, que o bônus financeiro do Pé-de-Meia só alcançará sua função sociopolítica se for recontextualizado pela escola e pelos seus sujeitos. Sem a compreensão das rugosidades, os obstáculos históricos, geográficos e culturais do Semiárido, a política corre o risco de ser apenas mais uma "técnica" desprovida de "emoção", falhando em reconhecer as trajetórias de resistência e as especificidades da juventude norte-mineira.



O Ciclo de Políticas e a Atuação dos Burocratas (Stephen Ball e Michael Lipsky)

A compreensão do Programa Pé-de-Meia (Lei nº 14.818/2024) exige uma análise que desconstrua a ideia de que as políticas educacionais caminham em linha reta da legislação à sala de aula. Através da Abordagem do Ciclo de Políticas, percebe-se que estas não são meramente "implementadas", mas interpretadas e "encenadas" no contexto da prática. Segundo Mainardes (2006, p. 50), as políticas possuem uma natureza inerentemente complexa e controversa, sendo este o espaço onde a proposta original está sujeita a recriações significativas por aqueles que a vivenciam na ponta do sistema.

Sob esta lente, emerge um tensionamento fundamental entre o Contexto da Produção do Texto e o Contexto da Prática. Enquanto o "texto" legal é gestado em instâncias centrais sob uma lógica de padronização biopolítica e "presença dataficada", a realidade escolar no Semiárido Mineiro revela um território de resistências onde as necessidades sazonais impõem uma tradução local da norma. Para Ball (2011), os profissionais da educação são atores que realizam a recontextualização da política, ação materializada no Norte de Minas pela Burocracia de Nível de Rua, conceito de Michael Lipsky (2019). O gestor escolar, ao ocupar a linha de frente, possui o que o autor define como poder discricionário:

As decisões dos burocratas de nível de rua, as rotinas que eles estabelecem e os dispositivos que inventam para lidar com a incerteza e com a pressão do trabalho tornam-se, efetivamente, as políticas públicas que eles implementam. Afirmo que a política pública não é melhor entendida como sendo produzida nas legislaturas ou em recintos luxuosos de altos escalão. [...] É preciso adicionar à variedade de lugares onde as políticas são feitas os escritórios lotados e os encontros diários dos trabalhadores de nível de rua. (Lipsky, 2019, p. 17).

Nesse sentido, a atuação do gestor no Semiárido define o sucesso ou o fracasso real do programa. Ele depara-se com o dilema ético de processar a ausência de um aluno justificada por rugosidades do território, como o trabalho na colheita ou a falta de transporte. Somado a isso, a exigência de conectividade digital plena para a "presença dataficada" ignora as "zonas de silêncio" do campo mineiro. Nesse vácuo técnico, o burocrata de nível de rua pode recorrer a interpretações discricionárias das ausências, buscando evitar que o estudante seja penalizado por condições estruturais do território. Essa atuação não deve ser compreendida como irregularidade administrativa, mas como mediação situada da norma, orientada pela proteção

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



da permanência escolar e pela justiça espacial.

A Biopolítica da Permanência Escolar: Uma Análise do Programa Pé-de-Meia (Foucault e Agamben)

A articulação entre biopolítica, vida nua e Programa Pé-de-Meia permite compreender que a permanência escolar, quando mediada por condicionalidades rígidas, deixa de ser apenas uma política de incentivo e passa a funcionar também como uma tecnologia de governo da juventude pobre. Ao condicionar o pagamento do benefício à frequência escolar, à aprovação e à participação em exames oficiais, o Estado não apenas apoia financeiramente o estudante, mas também produz formas de controle sobre sua presença, seu deslocamento, seu rendimento e sua trajetória escolar. Nesse sentido, o corpo juvenil torna-se objeto de cálculo administrativo: deve estar presente, registrado, validado e convertido em dado para que seja reconhecido como sujeito de direito.

Essa dinâmica aproxima-se da noção foucaultiana de biopolítica porque desloca a ação estatal para a gestão da vida da população. O estudante beneficiário passa a ser acompanhado por meio de indicadores, percentuais de frequência e registros digitais que determinam sua inclusão ou exclusão no programa. A permanência, portanto, é administrada por mecanismos de vigilância e normalização, nos quais a vida escolar é traduzida em informação mensurável. No caso do Semiárido Mineiro, essa racionalidade entra em tensão com as rugosidades territoriais, pois a frequência escolar não depende apenas da vontade individual do estudante, mas também de transporte, conectividade, trabalho sazonal, renda familiar e condições concretas de sobrevivência.

É nesse ponto que a categoria de vida nua, em Agamben, contribui para aprofundar a análise. Quando o estudante é reconhecido pelo sistema apenas enquanto corpo presente, número registrado ou frequência validada, sua existência política, social e territorial corre o risco de ser reduzida a uma condição mínima de sobrevivência institucional. Ele permanece visível para o Estado enquanto dado, mas nem sempre é reconhecido em sua complexidade humana: jovem trabalhador, morador de território precarizado, integrante de uma família que depende de sua contribuição econômica e sujeito atravessado por desigualdades históricas. Assim, o Programa Pé-de-Meia pode tanto fortalecer a permanência escolar quanto,



paradoxalmente, reproduzir exclusões quando desconsidera as condições materiais que impedem a presença contínua na escola.

Portanto, a crítica aqui proposta não nega a importância do programa. Ao contrário, reconhece seu potencial como política pública de enfrentamento da evasão escolar. Contudo, argumenta-se que sua eficácia depende da capacidade de ultrapassar a lógica puramente contábil da frequência e incorporar uma leitura territorial da permanência. No Semiárido Mineiro, permanecer na escola não é apenas cumprir uma exigência burocrática; é disputar tempo, renda, transporte, conectividade e dignidade. Por isso, a biopolítica da permanência precisa ser tensionada pela justiça espacial, sob pena de transformar uma política de inclusão em mais um mecanismo de seleção dos que conseguem, ou não, adaptar sua vida às exigências técnicas do Estado.

A implementação da Lei nº 14.818/2024 pode ser lida, ainda, como um desdobramento das estratégias de biopoder. Michel Foucault define a biopolítica como a entrada da vida nos mecanismos de cálculo do Estado. Ao vincular o auxílio à frequência, o Estado exerce uma governamentalidade que gere a população jovem como um capital humano a ser otimizado. Conforme Foucault (1979), a governamentalidade constitui-se como:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (Foucault 1979, p. 380)

O programa opera na interseção entre a lógica disciplinar (vigilância do corpo) e a sociedade de controle (racionalidade neoliberal). O incentivo pecuniário busca a produção de um "gosto pela gerência de si", onde o jovem deve administrar sua existência como um ativo econômico. Contudo, reside aqui o risco da redução biopolítica: ao converter a subjetividade em métrica auditável, o Estado captura a complexidade da *bios* (vida política e qualificada) e a devolve como vida nua (*zoê*), uma existência biológica monitorada pelo sistema.

Este paralelo revela uma tensão ética: se a escola não transcender a burocracia do repasse, o aluno do Norte de Minas torna-se um mero objeto de gestão estatística. Giorgio Agamben (2009) alerta que o dispositivo tem a capacidade de modelar as condutas dos vivos. O desafio posto à escola, tema deste COPED, é subverter essa lógica, atuando como o espaço



onde a "vida nua" retoma sua dimensão de *bios*, transformando o bônus de um mecanismo de controle em suporte para a Utopia Heiberliana. Reconhecer o aluno como sujeito político é o que permite que a permanência deixe de ser "gestão da pobreza" para se tornar real emancipação.

Procedimentos Metodológicos

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e analítica. O desenho metodológico fundamenta-se na articulação entre a revisão bibliográfica e a análise documental, estruturando-se na triangulação teórica entre Milton Santos, Michel Foucault, Stephen Ball e Michael Lipsky. A pesquisa documental focou na Lei nº 14.818/2024 e suas portarias. O tratamento dos dados seguiu a técnica de Análise de Conteúdo, permitindo identificar as tensões entre o "contexto da produção do texto" (Brasília) e o "contexto da prática" (Escola).

No que tange à pesquisa bibliográfica, o estudo ancora-se em um levantamento de obras clássicas e contemporâneas que compõem a triangulação teórica deste artigo. Utilizou-se a análise de conceitos fundamentais como "território usado" e "rugosidades" em Milton Santos (2005, 2006), as categorias de "biopolítica" e "governamentalidade" em Michel Foucault (1979, 2014) e a "abordagem do ciclo de políticas" de Stephen Ball (2011), complementada pela teoria dos "burocratas de nível de rua" de Michael Lipsky (2019).

É imperativo destacar que a compreensão das dinâmicas de manejo da frequência escolar, especificamente a atuação dos gestores no registro da assiduidade, não advém de uma observação empírica direta ou denúncia administrativa, mas sim de uma inferência analítica fundamentada na literatura de implementação de políticas públicas. Parte-se do pressuposto teórico de que o burocrata da ponta, ao confrontar a rigidez da métrica estatal com as rugosidades do território (como o trabalho sazonal), exerce sua discricionariedade para garantir a função social da política. Assim, o estudo analisa a propensão estrutural e a pressão sistêmica que induzem o ajuste tático dos dados como estratégia de proteção da permanência escolar, desvelando as subjetividades e relações de poder que permeiam a educação no Semiárido Mineiro.



Análise de Dados e Discussão: As Rugosidades do Semiárido frente ao Dispositivo Financeiro

A implementação do Programa Pé-de-Meia no Norte de Minas Gerais revela que o território não é uma superfície lisa sobre a qual as políticas públicas deslizam sem resistência. Ao contrário, o Semiárido é um mosaico de rugosidades — heranças de tempos passados que permanecem no presente (SANTOS, 2006) — que impõem desafios severos à lógica de "incentivo e resposta" do programa.

Uma das rugosidades mais latentes reside na estrutura econômica ancorada no trabalho sazonal. Historicamente, a juventude regional é capturada por ciclos produtivos, como a colheita do café no Sul de Minas ou a fruticultura nos perímetros irrigados, estabelecendo o que Milton Santos denomina como um "tempo de vida" em rota de colisão com o "tempo das instituições". Nesse cenário, emerge um conflito de racionalidades: enquanto a Lei nº 14.818/2024 estipula um incentivo de R\$ 200,00 condicionado à frequência de 80%, o custo de oportunidade no território frequentemente suplanta esse montante. Dados indicam que a contribuição financeira de jovens que trabalham para a renda domiciliar varia entre R\$ 230,32 e R\$ 347,23 (Figueiredo; Mariano; Benevides, 2025). Assim, o ganho imediato do trabalho braçal oferece uma resposta concreta à urgência da subsistência que o bônus financeiro, parcelado e condicionado, não consegue prontamente atender.

Como define Santos (2006, p. 50), a rugosidade é o "tempo passado cristalizado em formas espaciais e em modos de fazer que resistem à racionalidade técnica do presente". Sob essa ótica, o incentivo pecuniário revela-se como uma verticalidade técnica que ignora a densidade histórica da pobreza regional. O afastamento escolar durante as semanas de colheita não se configura como uma "evasão" deliberada, mas como uma estratégia de sobrevivência imposta por um sistema econômico que ainda prioriza o corpo do jovem como força de trabalho bruta em detrimento do seu desenvolvimento intelectual.

Somado a isso, a exigência de conectividade digital plena para a "presença dataficação" ignora as "zonas de silêncio" do campo mineiro. Somado a isso, a exigência de conectividade digital plena para a "presença dataficação" ignora as "zonas de silêncio" do campo mineiro. Nesse vácuo técnico, o burocrata de nível de rua pode recorrer a interpretações discricionárias das ausências, buscando evitar que o estudante seja penalizado por condições estruturais do



território. Essa atuação não deve ser compreendida como irregularidade administrativa, mas como mediação situada da norma, orientada pela proteção da permanência escolar e pela justiça espacial.

Considerações: Da Vida Nua à Utopia Heiberliana no Sertão

A análise do Programa Pé-de-Meia no Semiárido Mineiro, sob as lentes de Milton Santos, Stephen Ball, Michael Lipsky, Michel Foucault e Giorgio Agamben, permite concluir que a eficácia de uma política pública de permanência escolar não reside na precisão de seu texto legal, mas na sensibilidade de sua recontextualização no território usado.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que as rugosidades do Norte de Minas — materializadas no trabalho sazonal — tensionam a racionalidade técnica do programa. O incentivo financeiro de R\$200,00 (duzentos reais), embora necessário, revela-se insuficiente quando confrontado com o custo de oportunidade da sobrevivência no sertão, demonstrando que o bônus, por si só, é um dispositivo biopolítico que corre o risco de reduzir o estudante à vida nua. Se a escola se limita a ser a gestora estatística da frequência, ela falha em sua função sociopolítica, tornando-se apenas mais uma engrenagem na governamentalidade estatal de gestão da pobreza.

Nesse cenário, a atuação dos burocratas de nível de rua (Lipsky, 2010) — diretores e gestores escolares — revela-se como o ponto de inflexão entre a norma e a realidade. Através do exercício da discricionariedade, esses atores operam no que Ball (2011) denomina 'contexto da prática', onde a política pública não é apenas executada, mas reinterpretada e 'encenada' frente às rugosidades do lugar. A partir da análise das tensões territoriais, nota-se que a métrica digital da frequência, embora desenhada como um controle objetivo, é frequentemente mediada pela subjetividade do gestor.

Essa mediação discricionária das ausências, longe de ser tratada aqui como denúncia administrativa, é compreendida como hipótese interpretativa derivada da literatura sobre implementação de políticas públicas. Diante de carências estruturais, como precariedade do transporte escolar rural, conectividade instável e urgências da economia familiar, o burocrata da ponta pode interpretar a norma de modo situado, buscando evitar que o estudante seja expulso pelo sistema por fatores que ultrapassam sua vontade individual.



Nesse sentido, a transição para a Utopia Heiberliana na educação regional demanda que a escola reafirme sua autonomia frente às verticalidades do Estado. Tal utopia não se desenha como um lugar irrealizável, mas como a construção cotidiana de um espaço onde a técnica cede lugar à emoção e onde a permanência escolar signifique, acima de tudo, a garantia de que a juventude sertaneja possa projetar um futuro de justiça espacial. O Programa Pé-de-Meia, portanto, deve ser compreendido como um meio, e não um fim: um instrumento que, se bem manejado pelos sujeitos da escola, pode converter a sobrevivência biológica em emancipação política, honrando a complexidade e a dignidade do povo do Semiárido.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais: questões e esquemas de análise**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024**. Institui o Programa Pé-de-Meia, de incentivo financeiro-educacional à permanência e à inclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FIGUEIRÊDO, Felipe de Castro; MARIANO, Francisca Zilania; BENEVIDES, Alesandra de Araújo. **Quanto vale permanecer na escola?** Uma comparação do Programa Pé-de-Meia com a renda do trabalho dos jovens que abandonaram o ensino médio. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 53. 2025. **Anais...** [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2025/submissao/files_I/i5-ae263630cfe9de2348424ed96a17a341.pdf. Acesso em: 01 abr. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Brasília: Enap, 2019.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO
COPED/2026**
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



NUNES, Georgina Helena Lima. Educação Escolar Quilombola: Processos de Constituição e Algumas Experiências. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 8, n. 18, p. 107-131, fev. 2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/45>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, n. 16, jun. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SGB – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto Águas no Semiárido e do Cerrado Mineiro**. Brasília: SGB, 2024. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SILVA, Lucas Adriano et al. **A nova geografia do Semiárido mineiro: uma análise dos aspectos socioeconômicos e ambientais perante as mudanças climáticas**. In: XV CONGRESSO SOBER-NE. Serra Talhada: SOBER, 2023.